

Libertar o setor privado é a única saída para a crise

24.FEV.1987

JORNAL DA TARDE

A medida que a Nação, sem ter outra escolha, vai aprendendo a conviver com as apreensões provocadas pela suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida externa contraída junto aos bancos comerciais privados, começam a ser conhecidos maiores pormenores sobre a estratégia do governo para negociar com os credores. A partir da divulgação parcial do telex enviado pelo Banco Central aos bancos, que pode ser visto como uma espécie de Certificado de Garantia de boas intenções de nossas autoridades econômicas — tornado necessário por causa do discurso da "política interna" de Sarney —, percebe-se que o governo adotou um tom prudentemente moderado, além de ter reafirmado o desejo de manter os laços que unem o país à comunidade internacional (haveria outra opção?).

O texto enviado aos credores ressalta que "a pedra angular da política brasileira é o seu compromisso com a promoção do crescimento econômico e a conservação da democracia", volta a defender a tese de que esses dois objetivos são incompatíveis com a transferência de recursos para o Exterior e deixa em aberto várias definições importantes, como a remuneração das importâncias que deixarão de ser pagas durante a suspensão de pagamentos. O telex pede também a manutenção das linhas de crédito de curto prazo, no valor de US\$ 15,7 bilhões, depois de 31 de março deste ano, quando termina o acordo para sua prorrogação.

No mesmo comunicado, o governo assegura aos bancos que está tomando medidas para estabilizar a economia, mediante o combate à inflação e o incentivo às exportações; reforça o compromisso presidencial de austeridade nos gastos públicos, e ainda manifesta a esperança de que as negociações sejam as mais rápidas possíveis. Taticamente, o fato de o País não ter fixado prazo para a suspensão dos pagamentos, ao contrário do que se noticiou antes do pronunciamento do presidente Sarney, não deixa de ser um ponto a favor dos interesses do Brasil, mas não se deve esquecer que os banqueiros igualmente têm a sua arma, que são as linhas de crédito de curto prazo, fundamentais para o nosso comércio exterior e para a liquidez das agências dos bancos brasileiros no Exterior.

Apesar dessa ameaça, não vemos motivos para nos preocupar excessivamente com a situação externa, desde que o governo cumpra fielmente as promessas de sua carta de intenção aos credores, pois numa situação como a atual, para usar as palavras do advogado Durval Noronha, especialista em questões jurídicas relativas ao nosso endividamento, o governo precisa agir com "responsabilidade, seriedade e habilidade".

Assim, o que realmente nos deixa ansiosos é a situação interna, pois a economia brasileira continua anarquizada, em verdadeiro estado de choque, como mostra documento divulgado pela Confederação Nacional da Indústria antes da fala presidencial e do anúncio da suspensão do pagamento dos juros da dívida. Com o senso de responsabilidade exigido pelo momento delicado em que nos encontramos, a entidade máxima da indústria nacional adverte: "A crise econômica começa a gerar apreensões em todos os segmentos da sociedade. O empresariado industrial tem revelado, das mais variadas maneiras, suas preocupações específicas relativas aos fatores que estão hoje desorganizando o sistema produtivo, em particular: (1) as exageradas taxas de juros; (2) a escassez de insumos para a produção de bens finais; (3) e a acelerada deterioração do poder de compra do povo devida à escalada inflacionária. Essas três forças perversas estão presentes no Brasil atual, afetando seriamente o funcionamento do sistema produtivo. A ficar como está, tudo isso conduzirá a Nação para um desastroso processo recessivo".

Só a retórica oficial, infelizmente, apesar do tom grave assumido com a suspensão do pagamento dos juros, ainda sustenta que o País deverá continuar crescendo, como se estivessemos no melhor dos mundos. Ora, se a situação já era grave antes da confissão de nossa insolvência, agora é evidente que, por mais satisfatórias que forem as condições deste período de negociação com os credores, haverá um sério agravamento do quadro econômico. Basta ver, por exemplo, o que está acontecendo com as nossas importações de insumos básicos e bens intermediários. Há falta de enxofre, chumbo, componentes e peças de reposição. E, na hipótese de prolongamento das negociações, como nos disse o empresário Lawrence Pih, não teríamos crédito para importar ou exportar. Seria preciso pagar à vista pelo petróleo, trigo, fertilizantes e outros bens essenciais, como matérias-primas farmacêuticas. Obviamente, estaríamos no pior dos mundos, coisa que ninguém deseja, muito menos os credores e os governos dos países que são nossos maiores parceiros comerciais.

Portanto, a única e principal esperança da economia brasileira repousa na liberação total das potencialidades do setor privado. A inflação e a recessão poderão ser maiores ou menores, dependendo de como o governo agir para cortar seus gastos (coisa que ninguém neste país acredita que venha mesmo a acontecer, por experiência própria) e para dar mais liberdade de ação ao setor privado. Se se continuar punindo o setor privado com as condições descritas no documento da CNI, as consequências negativas não atingirão apenas o nosso combalido sistema econômico, liquidando as possibilidades de crescimento, mas também representarão o fim da nossa incipiente democracia.

Para salvar nossa economia, precisaremos de um acordo realista com os credores, em conformidade com a nossa capacidade de pagar, porém não podemos esquecer que o principal cacife do Brasil é a vitalidade do seu setor privado. Por esse motivo, a prioridade no plano interno deve ser a liberação das potencialidades da nossa economia privada. O resto não passa de retórica, uma retórica repetitiva e cansativa, que não engana mais ninguém.